SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1. OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	27
--	-----------

1.1. Fatos jurídicos processuais	27
1.1.1. Conceito de fato jurídico processual	27
1.1.2. Classificação dos fatos processuais: fato jurídico em sentido estrito, ato-fato, ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico.	30
1.2. Considerações sobre o negócio jurídico	33
1.3. O conceito de negócio jurídico processual adotado	38
1.4. O autorregramento da vontade no processo	42
1.5. A classificação dos negócios processuais	45
1.6. O regime jurídico das invalidades aplicável aos negócios processuais ..	49
1.7. As situações jurídicas processuais	54
1.7.1. Breves notas introdutórias	54
1.7.2. Premissas teóricas: conceito e classificação a partir da Teoria do Fato Jurídico	55
1.7.3. Situações jurídicas processuais não relacionais	58
1.7.4. Situações jurídicas processuais relacionais e a relação jurídica processual	64

CAPÍTULO 2. A CLÁUSULA GERAL DE NEGÓCIO PROCESSUAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	71
---	-----------

2.1. Conceito de cláusula geral	71
2.2. Atipicidade negocial	73

2.3.	Sujeitos do negócio e sujeitos do processo	74
2.3.1.	A distinção entre sujeitos do negócio e sujeitos do processo e a oponibilidade da negociação processual	75
2.3.2.	A capacidade dos sujeitos negociantes	82
2.3.3.	Delineamento da manifesta situação de vulnerabilidade no contexto da negociação processual	88
2.4.	Requisitos de validade e o papel de controle do juiz	92
2.4.1.	Notas introdutórias	92
2.4.2.	A exigência de versar o processo sobre direitos que admitam autocomposição	93
2.4.3.	A perfeição da vontade manifestada	95
2.4.4.	O papel do juiz no controle de validade da convenção processual	100
2.5.	Objeto: procedimento e situações jurídicas	103
2.6.	Limites objetivos aos negócios processuais	109
2.6.1.	Escopos do processo e a negociação processual	109
2.6.2.	Argumentos de resistência e a necessidade de alcance de um posicionamento equilibrado	113
2.6.3.	Parâmetros a serem considerados na análise dos limites do objeto	120
2.6.3.1.	A premissa fundamental	120
2.6.3.2.	As propostas doutrinárias acolhidas no trabalho	120
2.6.3.3.	A sistematização dos critérios eleitos	122
2.6.3.4.	O problema da delimitação do núcleo essencial dos direitos fundamentais	124
2.6.3.5.	A aplicação ao exame dos limites objetivos dos negócios processuais	128
2.7.	Momento e forma de celebração da convenção processual	132
CAPÍTULO 3. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS		139
3.1.	Sujeitos processuais	139
3.1.1.	Conceito de parte e terceiro	139
3.1.2.	O processo como feixe de situações jurídicas e as diversas posições assumidas pelos sujeitos	143

3.2.	O conceito de intervenção de terceiros	148
3.3.	As finalidades da intervenção de terceiros	150
3.4.	Breves notas sobre o atual regramento da intervenção de terceiros no código de processo civil	153
3.4.1.	Notas introdutórias	153
3.4.2.	Assistência	154
3.4.2.1.	Notas introdutórias	154
3.4.2.2.	Assistência simples	155
3.4.2.2.1.	Conceito e definição do interesse jurídi- co na intervenção	155
3.4.2.2.2.	Procedimento, poderes do assistente e eficácia da intervenção	160
3.4.2.3.	Assistência litisconsorcial	164
3.4.3.	Intervenção litisconsorcial voluntária	166
3.4.4.	Denúnciação da lide	170
3.4.5.	Chamamento ao processo	175
3.4.6.	Outras alterações subjetivas decorrentes da resposta do réu	180
3.4.7.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	184
3.4.8.	Intervenção de amicus curiae	187
3.4.9.	Recurso do terceiro	195
3.4.10.	Intervenção na produção antecipada de prova	198
3.4.11.	Intervenção de terceiro por ordem do juiz	206
3.4.12.	Análise conclusiva	209
3.5.	O problema da tipicidade das hipóteses de intervenção de ter- ceiros	210
3.6.	Terceiros, objeto litigioso e as repercussões externas ao processo	212
3.6.1.	A relação existente entre o terceiro e o objeto litigioso	212
3.6.1.1.	Contextualização do tema	212
3.6.1.2.	Análise pela perspectiva material	216
3.6.1.3.	Análise pela perspectiva processual	220
3.6.2.	As repercussões da decisão de mérito e da coisa julgada nas relações externas ao processo	225
3.7.	Fonte normativa de legitimidade interventiva	231

CAPÍTULO 4. CONVENÇÕES PROCESSUAIS SOBRE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	237
4.1. A convenção processual como instrumento de quebra da tipicidade da intervenção de terceiros	237
4.2. As convenções processuais em matéria de intervenção de terceiros e os escopos do processo	244
4.3. Breves notas acerca da intervenção de terceiros na arbitragem – elementos para comparação com o processo judicial “convencionado”	251
4.4. As partes da convenção processual em matéria de intervenção de terceiros	259
4.4.1. Ausência de identidade entre as partes da convenção e as partes do processo e a inoponibilidade da convenção a terceiros	259
4.4.2. O papel do juiz e a alteração nos critérios para verificação da legitimidade interventiva	267
4.5. A forma da convenção e o momento de sua celebração	271
4.6. Proposta de sistematização das convenções processuais em matéria de intervenção de terceiros	279
4.6.1. Apresentação da proposta	279
4.6.2. Convenção acerca da legitimidade interventiva	281
4.6.3. Atos de comunicação do terceiro acerca da existência do processo	286
4.6.4. Formas de ingresso do terceiro no processo	290
4.6.5. Substituição processual ulterior convencionada	292
4.6.6. Intervenção com ou sem alteração do objeto litigioso	294
4.6.7. Alteração do procedimento das modalidades típicas	298
4.6.8. As posições assumidas pelo terceiro ao longo do procedimento e os poderes por ele titularizados	304
CONCLUSÃO	309
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	321